

Artigo Original

História da bioética como campo de conhecimento e ação política no Brasil: perspectivas e desafios

The history of bioethics as knowledge field and policy action in Brazil: challenges and perspectives

Laura Cavalcanti de Farias Brehmer¹
 Bruna Pedroso Canever¹
 Flávia Regina Souza Ramos¹

¹ Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Trata-se de uma revisão integrativa da literatura cujo objetivo foi identificar nas publicações científicas a construção histórica da bioética como campo de conhecimento e ação política no Brasil, a partir de sua emergência na década de 1990 até o ano de 2015". Utilizou-se as bases de dados acessadas pela Biblioteca Virtual de Saúde, através dos descritores bioética and Brasil. Foram encontrados 467 registros e analisados 263 estudos publicados entre 1993 a 2015. Da análise temática, emergiram cinco categorias: bioética e Biomedicina; Ética em Pesquisa; bioética como campo de conhecimento; A produção científica e o ensino da bioética no Brasil; bioética social. A bioética é uma disciplina inerente ao próprio desenvolvimento humano, das descobertas da humanidade voltadas não só para os avanços tecnológicos, mas também com o próprio desenvolvimento do ser humano e suas relações com outros seres e com o meio ambiente.

Palavras-chaves: Bioética. Ética. Brasil

Abstract: It is an integrative review that aims was to identify in scientific publications the historical construction of Bioethics as a political field of knowledge and action in Brazil, from its emergence until to the present time (2015). We used the databases accessed by the Virtual Health Library, through the descriptors: bioethics and Brazil. We found 467 records and 263 studies were analyzed, published between 1993 and 2015. The following thematic analysis, publications were classified into five categories: Bioethics and Biomedicine; Research Ethics; Bioethics as a field of knowledge; The scientific produce and teaching of Bioethics in Brazil; and Social Bioethics. The Bioethics is a discipline particular to the human development and technological advancements, but it is also particularity to their relationship with other beings and with environment.

Keywords: Bioethics. Ethics . Brazil

1. Introdução

A bioética vem sendo estudada e desenvolvida desde a década de 1970, nos Estados Unidos da América (EUA) e Europa. Os acontecimentos ocorridos na época, os quais geraram algumas discussões sobre as questões entorno da vida e da sobrevivência ecológica do planeta junto a democratização do conhecimento científico, foram discutidos na obra: Bioética: uma ponte para o futuro escrita por Van Rensselaer Potter e publicada em 1971¹ a qual se tornou um marco inicial das publicações da área.

A bioética é entendida como o estudo sistemático da conduta humana no âmbito das ciências da vida e do tratamento da saúde, em que tal conduta é examinada à luz de valores e

*princípios éticos*² ou é a disciplina científica que trata dos argumentos e princípios éticos que iluminam e orientam a prática biomédica³.

A partir do surgimento das discussões acerca das questões bioéticas surgiram diversos desdobramentos. A ética biomédica ou *bioética principialista*, descrita na obra *Princípios da ética biomédica* de autoria de Tom Beauchamp e James Childress em 1979¹, buscou equalizar racional e imparcialmente a argumentação moral diante de situações de conflito na prática clínica. A obra delinea as bases da bioética: beneficência, autonomia, não maleficência e justiça. De acordo com esta abordagem a aplicação dos princípios pode levar a soluções dos dilemas éticos na saúde⁴.

Paulatinamente outras formas de pensar bioética foram sendo desenvolvidas por diversas correntes como as reinterpretações baseadas na relação profissional/paciente, afirmando a importância do aspecto social e das transformações culturais; e as abordagens diferentes: a ética da virtude, a corrente feminista, a casuística, a ética narrativa, e as éticas da responsabilidade⁴.

Na realidade brasileira as discussões acerca da bioética iniciaram-se a partir do início dos anos de 1990. Espaços e acontecimentos como a criação da Sociedade Brasileira de Bioética (SBB), a publicação da Revista Bioética pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e a norma do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que orienta as pesquisas envolvendo seres humanos – Resolução 196/96 – foram importantes impulsores deste movimento de construção da bioética no país. O Sexto Congresso Mundial de bioética promovido pela Associação Internacional de Bioética em parceria da Sociedade Brasileira de Bioética, realizado em Brasília, em novembro de 2002, também contribuiu para cunhar a história da bioética no Brasil; um capítulo fundamental para a consolidação do campo no contexto nacional e internacional⁵.

A bioética abre o espaço de discussões sobre as condições humanas, as quais modificam-se com o próprio processo evolutivo do ser humano e, neste espaço, surgem possibilidades de reflexões e decisões que visam equalizar as novas condições da vida no planeta. Sendo assim, a construção histórica do ser humano é permeada por atitudes e reflexões as quais são registradas de várias maneiras ao longo da sua trajetória de vida.

Atualmente há variadas formas de inventariar o percurso da bioética e sua bagagem acumulada. Somente a simples compilação de escritos sobre a história e classificações da bioética já comporia razoável conteúdo. Neste sentido, a busca textual das produções bioéticas no Brasil torna-se importante para que se possa conhecer sua trajetória no processo histórico do desenvolvimento desta disciplina, no país.

Nesse contexto, este estudo pretende identificar nas publicações científicas o estado da arte da construção histórica da bioética como campo de conhecimento e ação política no Brasil, a partir de sua emergência na década de 1990 até o presente momento (2015).

2. Percurso metodológico

A pesquisa é do tipo revisão integrativa que se trata de método de pesquisa que busca reunir e sintetizar resultados de pesquisa sobre determinada temática, de maneira a proporcionar acesso rápido aos resultados relevantes de pesquisas, proporcionando um saber crítico⁶.

Para operacionalização dessa revisão, foram utilizadas as seguintes etapas: 1) Identificação do tema e seleção da hipótese ou questão de pesquisa para a elaboração da revisão integrativa; 2) Estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos/ amostragem ou busca na literatura; 3) Definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados/ categorização dos estudos; 4) Avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; 5) Interpretação dos resultados; 6) Apresentação da revisão/síntese do conhecimento⁶.

A busca *online* foi realizada entre setembro e outubro de 2015 na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), utilizando o cruzamento dos descritores (DeCS): bioética AND Brasil. Foram encontrados 467 trabalhos científicos em nove bases de dados: Lilacs, Medline, BDEF, Coleciona

SUS, BBO - odontologia, Index- Psicologia, Ibecs, Hisa - história, CidSaúde. O tema foi definido por meio da questão de pesquisa elaborada para esta revisão: *Qual o estado da arte da construção histórica da bioética como campo de conhecimento e ação política no Brasil, a partir de sua emergência na década de 1970 até o presente momento (2015)?*

Os critérios de inclusão foram: estudos que se enquadrem na questão de pesquisa, estudos publicados entre 1970 a 2015, em português, inglês e espanhol e disponíveis *online*. Os critérios de exclusão foram: estudos que não se enquadram nos critérios de inclusão, estudos não disponíveis *online*, estudos repetidos, livros e anais de congresso.

A análise dos estudos foi realizada por leitura minuciosa dos resumos, visando constatar a aderência ao objetivo deste estudo. Após a seleção, os textos incluídos foram analisados. Para seguir as diretrizes da revisão integrativa, os achados foram organizados em tabela no Microsoft Excel e analisados a partir itens (título, ano de publicação, autor(es), periódico, descritores e palavras-chave, base de dados de localização dos artigos, método da pesquisa, participantes da pesquisa, tipo de publicação, objetivos, temática da bioética abordada, referencial teórico, método de análise dos dados, resultados, conclusões). Em todos os itens as ideias foram agrupadas por similaridade.

A seguir, as publicações foram classificadas em cinco categorias: 1) bioética e o avanço da área da saúde, contemplando estudos relativos às questões de início da vida, questões de fim de vida, genética humana, transplante, aborto e avanço tecnológico; 2) Ética em pesquisa, que considera artigos que abordam as questões relativas a pesquisa envolvendo seres humanos, comitê de ética, pesquisa envolvendo animais em experimentações científicas, integridade científica e o uso de células tronco embrionárias em pesquisas científicas; 3) bioética como campo de conhecimento, envolvendo estudos acerca das questões do contexto das políticas de saúde, bioética no contexto constitucional, códigos de ética brasileiros e internacionais, princípios da bioética, bioética e o cuidado de enfermagem; 4) A produção científica e o ensino da bioética no Brasil, considerando estudos que tratam questões relacionadas com o contexto político-estrutural da educação médica, educação em odontologia, educação em naturologia, educação em enfermagem, educação na pós-graduação, ensino da bioética no ensino médio, nos cursos da área da saúde e produção científica em bioética; 5) bioética social, agregando estudos de bioética social nos problemas de saúde pública, exclusão e desigualdade social e violência. Os estudos também foram classificados de acordo com a natureza de pesquisa.

Foram mantidas a confidencialidade das informações e os resultados foram tratados com rigor científico pertinente à investigação. Dessa forma, foram respeitados os preceitos éticos contidos na Resolução CNS 466/12⁷, que trata da ética em pesquisas científicas. Por tratar-se de estudo envolvendo dados de domínio público, esta investigação não necessitou de aprovação por comitê de ética em pesquisas envolvendo seres humanos.

3. Resultados e discussão

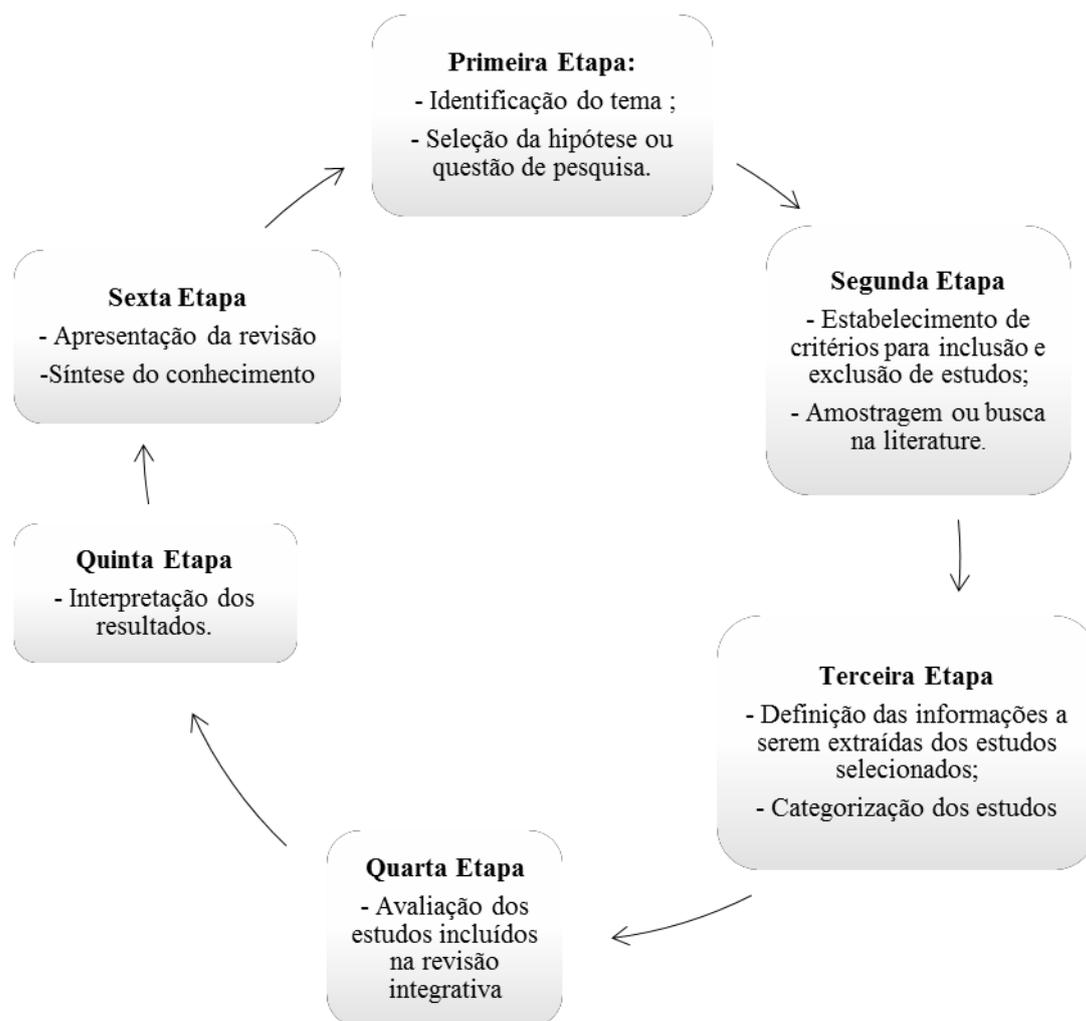
Foram identificados 467 estudos publicados entre 1987 a 2015. Não foram encontrados estudos publicados entre 1970 a 1987. Ao aplicar os critérios de exclusão foram suprimidos 204 estudos e analisados os 263 estudos restantes, publicados entre 1993 a 2015. Os trabalhos científicos anteriores a 1993 não se enquadravam nos critérios de inclusão desta revisão.

Os anos que apresentaram maior número de publicações foram 2010 (33), 2011 (32) e 2009 (24), e os que apresentaram menor número foram os anos de 1993 (1), 1994 (1), 1995 (1), 1996 (2) e 1997 (2) (Figura 1).

Cronologicamente, percebe-se que as publicações nas bases consultadas inicia-se em 1993 o que corrobora a literatura que indica que a bioética teve seu início no Brasil no final dos anos 1980 e início dos 1990. Segundo os próprios trabalhos analisados a bioética brasileira que teve desenvolvimento tardio, surgindo de modo orgânico apenas na década de 90. Apesar disso o campo recuperou o tempo perdido pela riqueza das discussões entabuladas. Notadamente, tal processo evidenciou-se durante a realização do Sexto Congresso Mundial de Bioética promovido pela Associação Internacional de Bioética, que contou com o apoio decisivo da SBB. Realizado em Brasília, em novembro de 2002, este encontro revelou-se momento decisivo para a bioética

brasileira, cuja história começou a mudar e se difundir mediante o surgimento e consolidação de vários grupos de estudo e pesquisa, bem como pela criação de cursos *stricto sensu* de pós-graduação⁵.

Figura 1. Distribuição da produção científica em bioética e Brasil, segundo ano de publicação. (1993-2015). Fonte: Mendes KDS; Silveira RCCP; Galvão CM, 2008.

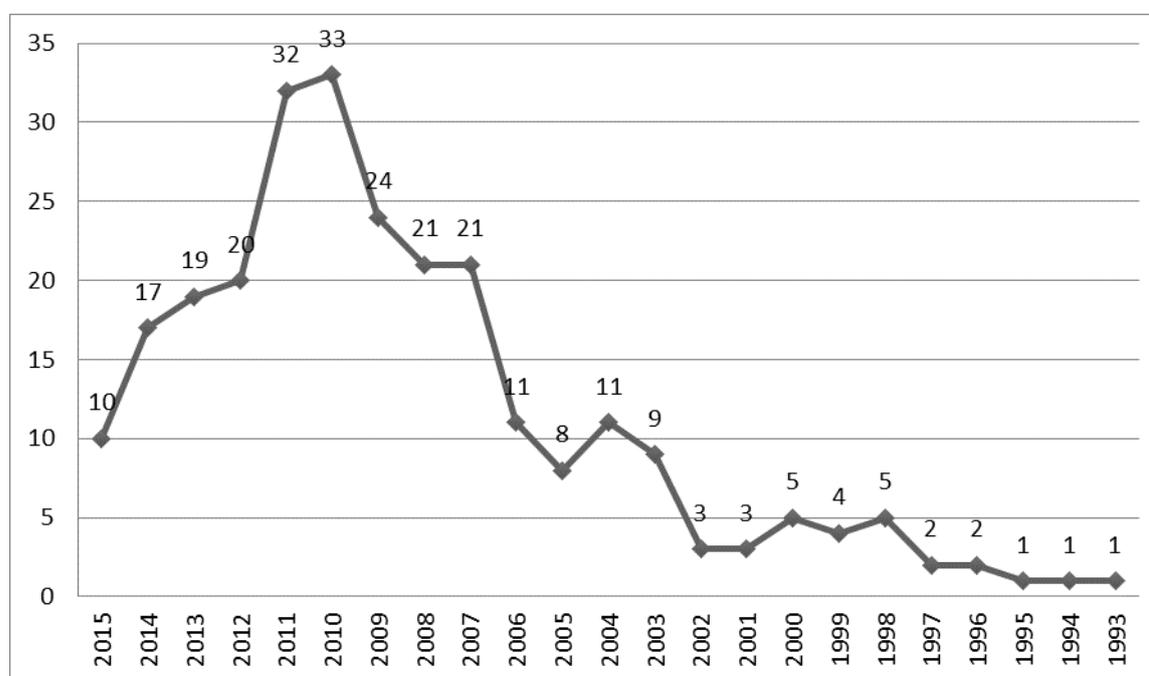


As bases de dados com maior número de estudos indexados foram: Lilacs (245) e Medline (27). As bases de dados com menor número de indexação foram: CidSaude, HISA-História da Saúde (1). O número de estudos indexados é maior que o número de estudos analisados devido ao fato de haver estudos indexados concomitantemente em mais de uma base de dados.

No que se refere ao tipo de publicação, os estudos foram classificados em 16 categorias: pesquisa, reflexão, revisão da literatura, revisão sistemática, relato de experiência, tese, dissertação, artigo de atualização, estudo de caso, editorial, discussão crítica, dossiê, projeto de pesquisa, casos clínicos e guideline.

As categorias pesquisa e reflexão apresentaram maior número de estudos, com 87 e 82 estudos respectivamente. As categorias discussão crítica, dossiê, projeto de pesquisa, editorial, casos clínicos e guideline, apresentaram o menor número de estudos com um estudo por categoria (Figura 2).

Figura 2. Distribuição da produção científica em bioética e Brasil, segundo o tipo de publicação. (1993-2015)



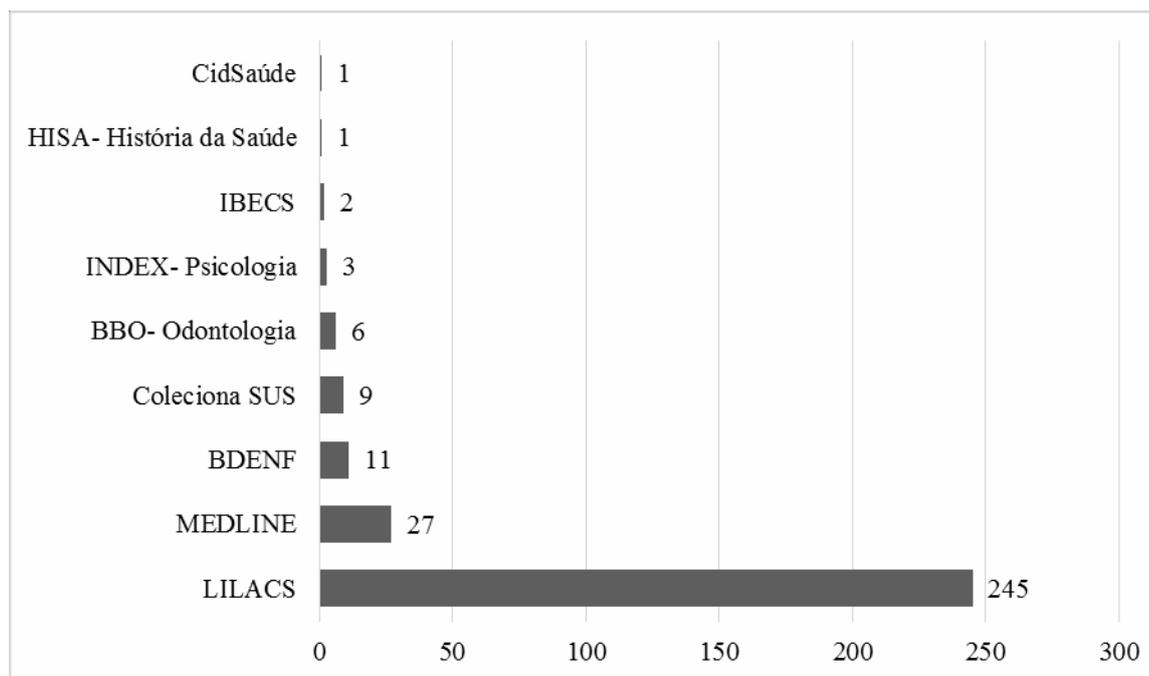
Com relação à categoria temática, a grande maioria dos trabalhos, pertence às categorias “bioética como campo de conhecimento” (95) e “bioética e o avanço da área da saúde” (64), que somam 159 artigos. As categorias com menor número de publicações foram “produção científica e o ensino da bioética no Brasil” (39) e “bioética social” (14) (Figura 3).

3.1 Bioética como campo de conhecimento

A categoria temática “bioética como campo de conhecimento” contemplou 94 estudos dos quais emergiram quatro subcategorias: Questões do contexto das políticas de saúde, com 55 estudos; bioética no contexto constitucional e códigos de ética brasileiros, com 23 estudos e Princípios da bioética, com 16 trabalhos científicos.

Os artigos relacionados às “questões do contexto das políticas de saúde” abordaram temáticas relativas à priorização e racionamento de cuidados de saúde, princípios do SUS e bioética, políticas públicas de saúde para pessoas com deficiências, idosos, transexuais, pessoas com dependência química, direito a saúde, acolhimento na atenção básica, atenção a parturiente na escolha da via de parto, humanização, acesso a medicamentos, saúde suplementar, demência e vacinação infantil.

Figura 3. Distribuição da produção científica em bioética e Brasil, por categoria temática. (1993-2015)



As políticas de saúde ainda encontram-se adstritas ao poder de subordinação exercido pelo modo de produção capitalista, pautado em uma sociedade individualista que limita a possibilidade de confluência entre direito à saúde e a elaborações de políticas de saúde para populações vulneráveis. Nesse sentido, torna-se necessário o enfrentamento do sistema capitalista para a consolidação de políticas de saúde éticas e coletivas, que visem a garantia dos direitos humanos⁸.

Na subcategoria “bioética no contexto constitucional e códigos de ética brasileiros” surgiram as seguintes temáticas: novos desafios e questões da bioética no Brasil, fundamentos constitucionais da bioética no Brasil, código de ética dos profissionais da área da saúde, problemas bioéticos e a influencia religiosa nas proposições legislativas no Congresso brasileiro.

A bioética brasileira vem se construindo de maneira articulada com os movimentos sociais, voltada ao interesse social, apesar dos desafios relacionados com as questões legais ou a conflitos religiosos. O movimento da Reforma Sanitária concorreu para o ajuste a adequação das políticas públicas de saúde, delineando ferramentas e potencialidades capazes de responder aos conflitos éticos referentes à saúde pública e bioética brasileira⁹.

Os estudos incluídos na categoria “princípios da bioética” abordaram temas relacionados à consolidação dos princípios da bioética, equidade como um princípio da bioética, importância da autonomia e limites do poder da família nas decisões de saúde.

3.2 Bioética e biomedicina

A categoria temática “bioética e biomedicina” apresentou seis subcategorias: 1) Questões de fim da vida, com 32 estudos; 2) Questões de início da vida, com nove estudos; 3) Transplante, com oito estudos; 4) Genética humana, com seis estudos; 5) Aborto, com cinco estudos; e 6) Avanços tecnológicos e a bioética, com quatro estudos.

Os artigos relacionados às “questões de início da vida” abordaram temáticas relativas a novas tecnologias reprodutivas, procriação artificial e direitos das crianças, doação de embriões congelados, embriões congelados, cuidados éticos com os recém-nascidos.

Quando os artigos tratam as questões de reprodução assistida e congelamento de embriões humanos parecem enfatizar o paradoxo entre vida e morte, porém relacionam-se também às condições da vida humana, considerando a ação antrópica pautada no desenvolvimento biomédico, que acaba criando situações que merecem atenção e

posicionamentos bioéticos, principalmente quando se pensa em bioéticas com características sociais, como a bioética de intervenção.

A bioética de intervenção pretende legitimar, no campo de estudo das moralidades e da aplicação dos valores éticos, uma perspectiva ampla, que envolva os aspectos sociais da produção das doenças, contribuindo para construir uma disciplina crítica que possa ser aplicada nos países periféricos e, especialmente, ao Brasil: *Preconiza como moralmente justificável, no campo público e coletivo, a priorização de políticas e tomadas de decisão que privilegiem o maior número de pessoas durante o maior espaço de tempo possível e que resulte nas melhores consequências para a coletividade; e no campo privado e individual, a busca de soluções viáveis e práticas para os conflitos localmente identificados, levando em consideração o contexto em que ocorrem e as contradições que os fomentam*¹⁰.

Os estudos incluídos na subcategoria “questões de fim da vida” estavam relacionados a cuidados paliativos, aceitação da morte, distanásia, eutanásia, ortotanásia, cuidados éticos no fim da vida, processo decisório da limitação do suporte vital, condutas de final de vida, ordem de não ressuscitação, tratamento oncológico, religiosidade e o paciente terminal.

Assuntos como a terminalidade da vida, cuidados paliativos e momentos de decisão acerca do final da vida de pessoas que se encontram em estado vegetativo ou em morte cerebral trazem à tona discussões entre os profissionais da saúde, pois podem gerar angústias e dúvidas. Os conhecimentos técnico-científicos têm grande peso na escolha de qual a melhor decisão a ser tomada no momento da terminalidade da vida, pois a busca incessante a favor da vida acaba excluindo as práticas humanizadas, suprimindo o suporte emocional ao paciente terminal e sua família. Neste sentido os trabalhos mostram que se faz necessário considerar – sempre – a autonomia do paciente e da família nas decisões das terapias/cuidados, fazendo valer os princípios bioéticos¹¹.

Na subcategoria “aborto” foram incluídos estudos que apresentavam a temática autorização do aborto seletivo no Brasil, aborto de anencéfalo, acesso ao aborto seguro, as mulheres brasileiras e o aborto e legalização do aborto.

Pesquisa realizada sobre aborto no Brasil conclui dentre outras questões, que o aborto é procedimento comum no país e representa fenômeno praticado frequentemente, porém em circunstâncias adversas e inseguras. As consequências adversas para a saúde de meninas e mulheres são tão importantes que colocam o aborto em posição de prioridade na agenda de saúde pública nacional¹².

No que tange às questões reprodutivas, despontam como contrapartida à temática do aborto os trabalhos sobre reprodução assistida, que contrapõem, os problemas de um país com número tão alarmante de abortos estimados que torna o procedimento questão de saúde pública, à necessidade dos casais de gerar filhos por meio de métodos que garantam a gestação. Percebe-se ainda que a lógica tecnológica mercantilista impera nesta equação, tendo em vista que o procedimento de reprodução humana assistida depende atualmente, no Brasil, de recursos próprios de quem deseja filhos por estas técnicas. Os trabalhos propõem que a pessoas que sofrem de infertilidade possam ter acesso às técnicas de reprodução humana assistida¹³.

Em ambos os temas os artigos mostram que a situação pode ser diferente se o Estado cumprir com o seu papel no planejamento familiar, como prescrito no texto Constitucional, e garantir o direito à saúde de todas as cidadãs e cidadãos. Se as políticas de saúde promoverem condições para que todos que sofram problemas reprodutivos possam ter acesso a tratamento, as questões levantadas nos artigos poderão ser sanadas, assegurando os direitos sexuais e reprodutivos dos brasileiros.

Os estudos incluídos na categoria “bioética e biomedicina” abordaram temas relacionados às novas tecnologias médicas, ética e telessaúde, biobanco de material biológico humano.

Na subcategoria “genética humana” surgiram as seguintes temáticas: problemas éticos do determinismo genético, utilização de células tronco e biomedicina regenerativa.

Os estudos relacionados à subcategoria “transplantes” abordaram temas referentes a abordagem a família do potencial doador, confidencialidade do doador, acesso ao transplante de medula óssea, legislação que rege a doação de órgãos.

Os trabalhos selecionados mostram que as novas descobertas tecnológicas trouxeram para o contexto de vida humana diversos dilemas, levantando discussões e polêmicas que envolvem diversos pontos de vista. Tais dilemas são discutidos por bioeticistas, teólogos e pela própria sociedade. Estas novas tecnologias têm a lógica das relações mercadológicas o que evidencia que o acesso à tecnologia para proteger e recuperar a saúde está atrelado ao discurso do lucro, que sublinha a magnitude do poder das grandes corporações e de sua força para ditar as regras do jogo, condicionando ao lucro o acesso à tecnologia capaz de influenciar diretamente sobre a vida e a morte ¹¹.

3.3 Ética em pesquisa

A categoria temática “ética em pesquisa” apresentou as seguintes cinco subcategorias: Pesquisa envolvendo seres humanos, com 18 estudos; Comitê de ética, com 17 estudos; Integridade científica, com 11 artigos; Pesquisa envolvendo animais em experimentações científicas, com 4 estudos; e Uso de células tronco-embriônicas em pesquisa científica, com 2 estudos.

Os artigos relacionados as “pesquisa envolvendo seres humanos” abordaram temáticas relativas a diretrizes éticas em pesquisa envolvendo seres humanos, o poder e as injustiças nesses estudos, consentimento informado e consentimentos livre esclarecido, pesquisa com doentes mentais, pesquisa com usuários de drogas.

Os estudos incluídos na subcategoria “comitê de ética” estavam relacionados à evolução e regulamentação dos comitês de ética, o sistema de avaliação da ética em pesquisas no Brasil, organização funcional dos comitês bem como aos comitês bioéticos em hospitais.

Na subcategoria “integridade científica” surgiram as seguintes temáticas: pesquisa clínica com novos fármacos, olhar bioético sobre as pesquisas, aspectos éticos e legais da pesquisa científica no Brasil, padrões éticos adotados pelas revistas científicas brasileiras, integridade científica e a pesquisa em saúde no Brasil.

Os estudos relacionados à subcategoria “pesquisa envolvendo animais em experimentações científicas” abordaram temas referentes à ética em pesquisa em modelos animais, particularidades na utilização de animais nas pesquisas científicas, estudos alternativos a substituição de animais em experimentos científicos e reflexões bioéticas acerca do uso de animais em pesquisa.

Na subcategoria “uso de células tronco-embriônicas em pesquisa científica” foram incluídos estudos que apresentavam a temática acerca das implicações éticas e legais na utilização de células tronco-embriônicas no Brasil e sobre a avaliação do conhecimento sobre células troncos observado em estudantes da área da saúde.

Os trabalhos selecionados nessa categoria discutem muitas mudanças realizadas no Brasil em decorrência das regulações dos comitês de ética em pesquisa envolvendo seres humanos. Além delas, atualmente, está em tramitação no Congresso Nacional projeto de lei sobre pesquisas com seres humanos, além de outras leis que permitem modificações genéticas em alimentos.

Os trabalhos enfatizam a importância da reflexão acerca das políticas regulatórias, tanto as referentes às questões bioéticas nas pesquisas biomédicas quanto as relacionadas às questões ambientais. Os artigos descrevem movimentos sociais e, principalmente, governamentais de diversos países com o intuito de estabelecer certa regulamentação frente aos avanços tecnológicos e científicos.

Investigações biomédicas baseadas na conduta ética para que os indivíduos sujeitos das pesquisas possam estar protegidos e comitês locais de ética em pesquisa também são temas frequentes, considerando que os comitês devem operar sob regulamentação federal mínima. Estes estudos são seguidos por trabalhos avaliando análises de protocolos de pesquisa

envolvendo seres humanos, cujo objetivo é tanto apresentar os comitês e seus processos de trabalho quanto informar outros CEP sobre as dificuldades encontradas e avanços conseguidos.

Os trabalhos mostram que, muitas vezes, o consentimento informado é encarado apenas como parte burocrática, cuja função é a isenção de responsabilidades, sendo o seu verdadeiro intuito a proteção da liberdade e dignidade dos sujeitos da pesquisa¹⁴. (Aponta-se um modo de se chegar a esse “verdadeiro intuito”?)

Nos trabalhos que descrevem as bases históricas da bioética, referentes ao período contemplado nos anos 1990 no Brasil, estabelecem os elementos estruturais da bioética, informando sobre o estabelecimento de grupos de pesquisa, a regulação das pesquisas em seres humanos por meio dos comitês de ética em pesquisa envolvendo seres humanos e a Sociedade Brasileira de Bioética.

3.4 Produção científica e ensino da bioética

A partir da categoria temática “A produção científica e o ensino da bioética no Brasil” emergiram oito subcategorias: Educação médica e a bioética, com 13 estudos; Educação em odontologia e a bioética, com 8 estudos; Produção científica em bioética, com 8 trabalhos científicos; Educação na pós-graduação e a bioética; com 5 estudos; Educação em naturologia e a bioética, com 2 estudos; Educação em enfermagem e a bioética, com 2 trabalhos científicos; Ensino da bioética no ensino médio, com 1 estudo.

Os artigos relacionados a “educação médica e a bioética” abordaram temáticas relativas a tecnologias e medicina na visão acadêmica, o ensino da deontologia, ética e bioética nas faculdades de medicina, situações eticamente conflituosas vivenciadas por acadêmicos de medicina, novas metodologias docentes para o ensino da bioética nas faculdades de medicina, uso de recém-cadáveres na aprendizagem prática de medicina.

Na subcategoria “educação em odontologia e a bioética” foram incluídos estudos que apresentavam a temática acerca do ensino da bioética na graduação em odontologia, avaliação da metodologia de ensino-aprendizagem em bioética nas faculdades de odontologia, a dimensão da ética na formação profissional.

Os estudos relacionados a subcategoria “produção científica em bioética” abordaram temas referentes ao enfoque bioético nas produções científicas, temas éticos e bioéticos nas produções científicas, o estado da arte sobre ética em saúde no Brasil, métodos e enfoques na produção de conhecimentos em bioética, periódicos de bioética e validação de questionários em bioética.

Os estudos relacionados à subcategoria “educação na pós-graduação e a bioética”, incluíram temas referentes ao ensino da disciplina na pós-graduação *stricto sensu*, o tema integridade científica na pós-graduação, reflexões sobre a educação *stricto sensu* em bioética no Brasil e perfil dos acadêmicos e professores de bioética na pós-graduação. Na subcategoria “educação em enfermagem e a bioética” foram incluídos estudos que apresentavam a temática acerca do ensino da ética e bioética no processo de formação de enfermeiros frente as diretrizes curriculares nacionais, e o ensino da bioética na graduação em enfermagem.

Os estudos relacionados à subcategoria “educação em naturologia e a bioética”, incluíram temas referentes ao ensino da bioética e deontologia no ensino da naturologia no Brasil. Os estudos relacionados a subcategoria “ensino da bioética no ensino médio” abordaram temas referentes a novas fronteiras da educação em bioética. O ensino da ética e bioética está atrelado aos conceitos, princípios dos códigos de deontologia referentes a cada profissão. Abordam-se os conceitos por meio de uma bioética alicerçada em discussões que vão além da teoria, englobando também o estudo das culturas, das religiões, das bases filosóficas e antropológicas.

As estratégias pedagógicas devem ser ampliadas nas discussões da bioética, possibilitando estratégias educacionais as quais permitem que alunos e professores possam refletir acerca de situações reais, a exemplo deste são os ambientes virtuais onde fóruns de discussão,

enfim a ferramenta do ensino a distância, tornando-se Úteis como apoio para o aprendizado do aluno em bioética¹⁵.

Observam-se também nos artigos encontrados que o assunto bioética e ética apresenta-se diluídos nas fases de formação como forma de reflexão das questões cotidianas reforçando a formação de profissionais mais autônomos e comprometidos. Neste contexto da formação, os profissionais podem encontrar na bioética alternativas que podem auxiliar na construção de definições e articulações de padrões de estruturas mais transparentes e democráticas que promovam uma comunidade global responsável com as gerações atuais e futuras¹⁶.

O ensino da bioética precisa ser repensando como disciplina introdutória e— que possa servir de base para discussões sobre as situações cotidianas encontradas nos ambientes de aprendizagem. Com estas medidas podem-se construir relações com a prática profissional e, sobretudo, estimular o pensamento reflexivo para a formação de pessoas que tem como ideal um futuro melhor.

3.5 Bioética social

A categoria temática “bioética social” apresentou três subcategorias: Problemas de saúde pública, com 5 estudos; Exclusão e desigualdade social e a bioética, com 6 artigos; e Violência e bioética, com três.

Os estudos relacionados à subcategoria “problemas de saúde pública” abordaram temáticas relacionadas a acesso a água potável e saneamento básico, fome e solidariedade, desigualdade na distribuição da cárie dentária no Brasil bem como reflexões sobre o acesso a saúde suplementar.

Na subcategoria “exclusão e desigualdade social e a bioética” foram incluídos estudos que abordaram os seguintes temas: desigualdade de gênero, bioética e a proteção a população transexual, vulnerabilidade e vulneração da população de rua e reflexões sobre a desigualdade e exclusão sociais.

Os estudos relacionados à subcategoria “violência e bioética” abordaram temas respectivos ao infanticídio de comunidades indígenas e violência na escola.

A análise dos trabalhos mostra que discutem, prioritariamente, a desigualdade e exclusão social. Mostram que ao longo da história é possível observar que a exclusão social aplica-se a diferentes divisões e grupos sociais, evidenciando que o fator que a motiva não está ancorado apenas na percepção da “diferença”. Os termos exclusão e desigualdade são definidos pela bioética como iniquidades de poder que se materializam em obstáculos e impedimentos reais ao acesso às garantias sociais, restringindo, portanto, os direitos humanos¹⁷.

No Brasil essas desigualdades geram exclusão social, violência aos indivíduos vulneráveis, promovendo um problema de saúde pública e social, frente aos quais todos são responsáveis. Assim, para que haja mudança nas mentalidades e nas políticas de saúde é importante que a sociedade cobre que a saúde pública seja política de Estado, estando acima das propostas dos diferentes governos, que se transformam ao sabor . A bioética, nesse sentido, traz publicações que tentam refletir e promover a conscientização da população a respeito dos direitos humanos dos indivíduos em situações de vulnerabilidade.

4. Considerações finais

Por meio desta revisão pode-se perceber que a bioética é uma disciplina inerente ao próprio desenvolvimento humano, ou seja, contempla as descobertas da humanidade voltadas não só para os avanços tecnológicos na área biomédica, mas também volta-se ao próprio

desenvolvimento ético, moral e cognitivo dos seres humanos bem como ao aperfeiçoamento de suas relações com outros seres e com o ambiente .

A história da bioética brasileira, revelada nos trabalhos selecionados neste estudo, reflete os desafios enfrentados pelos pesquisadores do país para romper as restrições do âmbito biomédico e construir uma perspectiva social para a disciplina, revelando as discussões acerca de bases conceituais, premissas filosóficas, religiosas e culturais que marcaram esse processo. Porém, mesmo com os notáveis avanços na construção do campo as discussões são ainda insipientes no que diz respeito a avanços e aprofundamentos da disciplina.

A leitura sistemática dos artigos sugere que classificá-los em temas emergentes/persistentes pode ser uma forma de refletir sobre os custos das inovações tecnológicas que vem sendo desenvolvidas em seus contextos particularizados, que ao mesmo tempo apontam para soluções mas também abrem precedentes para conflitos. Entretanto, outras propostas teóricas também trazem contribuições, como, por exemplo, a adoção de parâmetros definidos pelos diferentes instrumentos de direitos humanos, mormente a *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos*¹⁸, que consolidou a ampliação do âmbito da disciplina.

A pesquisa permite entender por fim que os reflexos de todo processo devem ser projetados no ensino. Ou seja, as discussões sobre a bioética precisam sair do ambiente acadêmico restrito e das discussões circulares sobre bases conceituais e adentrar a realidade como forma de apropriação do conhecimento na própria realidade. Instigar nos futuros profissionais questionamentos acerca de questões que parecem ser paliativas, mas que na verdade estão atreladas aspectos tão complexos quanto a própria existência do ser humano no planeta, é a verdadeira missão da bioética brasileira que, esperamos, caminha para..

5. Referências Bibliográficas

1. Diniz D, Guilhem D. O que é bioética. São Paulo: Editora Brasiliense; 2005.
2. Abagnano N. Dicionário de filosofia. 5ª ed. São Paulo: Editora Mestre Jou; 2007.
3. García JJ. bioética. [Internet]. Enciclopédia de bioética; 2011 [acesso 28 set 2015]. Disponível: <http://enciclopediadebioetica.com/index.php/bioetica>
4. Durand G. Introdução geral à bioética. 2ª ed. São Paulo: Editora do Centro Universitário São Camilo; 2003.
5. Garrafa V. Da bioética de princípios a uma bioética interventiva. Rev.bioética. 2005; 13(1): 125-34.
6. Mendes KDS, Silveira RCCP, Galvão CM. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto & Contexto Enfermagem. 2008; 17(4): 758-64.
7. Brasil. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde, Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012: diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas, envolvendo seres humanos. Brasília: MS; 2012.
8. Lima RCGS, Severo DO, Verdi MIM, Ros MA. A construção do direito à saúde na Itália e no Brasil na perspectiva da bioética cotidiana. Saúde e Sociedade. 2009; 18(1): 118-30.
9. Porto D, Garrafa V. A influência da reforma sanitária na construção das bioéticas brasileiras. Ciência & Saúde Coletiva. 2011; 16(Supl 1): 719-29.
10. Porto D, Garrafa V. Bioética de intervenção: considerações sobre a economia de mercado. Rev. bioética. 2005; 13(1): 111-23.
11. Oliveira FT, Flávio DA, Marengo MO, Silva RHA. Bioética e humanização na fase final da vida: visão de médicos. Rev. bioét. (Impr.). 2011; 19(1): 247-58
12. Diniz D, Medeiros M. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. Ciência & Saúde Coletiva. 2012; 15(Supl. 1):959-66.
13. Giana LZS. O estado diante da reprodução humana assistida: a ética, o bem comum e a interferência na vida em sociedade. Perspectiva. 2011; 35(130): 187-202.
14. Takahashi MT, Ramos HF, Pinheiro-Neto CD, Miziara DM, Oliveira RA. Current outlook of ethics in research with human subjects. Brazilian Journal of Otorhinolaryngology. 2011; 77(2): 263-6.

15. Junqueira CR, Silva PMT, Junqueira SR, Ramos DLP. O ensino de bioética: avaliação discente por meio de fóruns de discussão na Internet. *Acta Bioethica*. 2012; 18(1): 93-100.
16. Fortes PAC, Carvalho RRP, Tittanegro GR, Pedalini LM, Sacardo DP. bioética e saúde global: Um diálogo necessário. *Rev. bioét. (Impr.)*. 2012; 20 (2): 219-25.
17. Porto D. Exclusion and bioethics: a brazilian perspective. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2015. 20(3): 771-8.

Artigo Recebido: 13.07.2017

Aprovado para publicação: 02.02.2018

Bruna Pedrosa Canever

Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC

Centro de Ciências da Saúde

Campus da UFSC

R. Delfino Conti, s/n, Trindade,

CEP: 88040-370 Florianópolis SC

Telefone: (48) 37214651

Email: brunacanever@gmail.com
